



Revista des discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

Resiliências indígenas contra as monoculturas

Indigenous resilience against monoculture

Jefferson Virgílio¹

Resumo: O texto busca explorar algumas resiliências indígenas como alternativas para as imposições de monoculturas em nossa sociedade. A proposta incentiva o diálogo com a percepção de monoculturas materiais e conceituais que são construídas por Cristiane Derani e Geoffrey Garver em texto recente. Há incentivo pela leitura dos sistemas e das práticas de apropriação e ressignificação indígenas como saídas viáveis para os avanços e destruições que são provocadas pela sociedade ocidental.

Palavras-chave: Resiliências Indígenas. Monoculturas. Futuros alternativos.

Abstract: The paper seeks to explore some indigenous resilience as alternatives to the imposition of monocultures in our society. The proposal encourages dialogue with the perception of material and conceptual monocultures that are constructed by Cristiane Derani and Geoffrey Garver in a recent text. There is encouragement to read the systems and practices of indigenous appropriation and resignification as viable solutions to the advances and destruction that are caused by Western society.

Keywords: Indigenous Resilience. Monocultures. Alternative futures.

¹ Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Antropólogo no Museu de Arqueologia e Etnologia (MARQUE) da Universidade Federal de Santa Catarina. ORCID: [0000-0003-0023-8505](http://orcid.org/0000-0003-0023-8505) – E-mail: jefferson.virgilio@ufsc.br.



Resiliências indígenas contra as monoculturas

Jefferson Virgílio

Introdução

A proposta do texto é recuperar a construção argumentativa de Geoffrey Garver e Cristiane Derani (2025) em texto recente sobre uma aplicação alargada da noção de monocultura, colocando o cenário descrito pela dupla de autores em sintonia com exemplos de contextos indígenas onde os efeitos e resultados esperados pelas interferências e imposições deste modo de monocultura sofrem torções, podendo ser descaracterizados e, novamente, pluralizados. Exploramos reações indígenas como parte do que os autores descrevem como *resiliência*.

A bibliografia utilizada para a proposta de aprofundamento é obtida principalmente a partir de publicações que envolvem as soluções e resiliências indígenas, além de outros capítulos da mesma obra que contém o texto de Garver e Derani (2025), sendo precedida a argumentação por materiais prévios das partes autoras sobre temas e questões que estão relacionados ao tópico principal do dossiê “*Construir paraquedas em tempos de urgência: uma abertura para imaginar outros mundos*”.

O ensaio está dividido em duas partes principais de desenvolvimento, além desta introdução e de um item de comentários finais. Após a introdução, é desenvolvida uma síntese do argumento sobre as manifestações de monoculturas, com suporte às colocações e observações de Garver & Derani (2025).

No item seguinte são recuperadas a maioria das demais bibliografias, fazendo menções ao item anterior e já trazendo exemplos. O texto se conclui com observações pontuais mais generalistas e com a lista de referências bibliográficas utilizadas.

Das monoculturas para as resiliências

Recuperamos com Garver & Derani (2025, p. 165, *tradução nossa e livre*), uma aproximação inicial com a ideia de monocultura como algo que ultrapassa os limites da destruição florestal:

Monoculturas materiais envolvem a organização uniforme de um processo material com propósito único, enquanto monoculturas conceituais refletem uma cosmovisão ou outro enquadramento conceitual que é apresentado como absoluto e inquestionável, superior, dominante ou exclusivo de todos os outros. Monoculturas conceituais incluem o uso do dinheiro como expressão unitária de valor e sistemas jurídicos centrados no Estado como forma única de lei e de governança. Elas também incluem representações de humanos na economia



Resiliências indígenas contra as monoculturas

Jefferson Virgílio

convencional como consumidores racionais que buscam maximizar seu ganho privado, e a ciência ocidental como uma forma superior de conhecimento.²

Na mesma página, os autores recuperam uma percepção proposta por Lorraine Code (2006, p. 8-9, *tradução nossa e livre*), publicada quase vinte anos antes, que reforça como esta forma de conhecimento é o motor gerador e multiplicador da monocultura:

O modelo dominante de conhecimento e epistemologia na filosofia anglo-americana produz uma monocultura epistemológica tanto na academia como no dia a dia, cujas consequências são suprimir e sufocar formas de saber que se afastam dos ditames rigorosos de um ideal exagerado de produção de conhecimento científico.³

Ou seja, para além das monoculturas mais acessíveis e compreensíveis, existem outras tentativas de imposição de padrões nos modos de ser, existir, pensar, viver e reproduzir. Em outras bibliografias, este conjunto de padrões pode surgir identificado sob outras nomenclaturas, com alguma frequência reduzidos ao avanço do capitalismo ou mesmo como ocidentalização.

Dado o enfoque dos autores que superam, em muito, as limitações de uma análise sociológica, econômica ou mesmo filosófica, uma vez que trabalham com perspectivas mais alargadas derivadas diretamente dos sistemas ecológicos, é compreensível o uso de distinta terminologia, no caso “monocultura”, como também é realizado por outras autorias, com destaque para os textos de Vandana Shiva no início da década de 1990.

Vandana Shiva amplia a noção do termo monocultura no livro "*Monocultures of the Mind*" (1993), onde, ao criticar o modelo de expansão da agricultura industrial, inclui os efeitos que surgem com o que nomeia como monocultura da mente, modo de pensar na sociedade ocidental. Shiva argumenta que a monocultura da mente elimina a diversidade ecológica e cultural e estimula a colonização do modo de pensar do ocidente sobre outros

² No original em inglês: "Material monocultures involve uniform, single-purpose organization of a material process, whereas conceptual monocultures reflect a universal worldview or other conceptual framing that is put forth as absolute and unquestionable, or superior to, dominant over, or exclusive of all others. Conceptual monocultures include the use of money as a unitary expression of value and state-centered legal systems as a unitary form of law and governance. They also include depiction of humans in conventional economics as rational consumers seeking to maximize their private gain, and Western science as a superior form of knowledge."

³ No original em inglês: "The dominant model of knowledge and epistemology in Anglo-American philosophy produces an epistemological monoculture both in the academy and in everyday life, whose consequences are to suppress and choke out ways of knowing that depart from the stringent dictates of an exaggerated ideal of scientific knowledge making."



Resiliências indígenas contra as monoculturas

Jefferson Virgílio

territórios. A autora busca incentivar maior valorização de diversidades tanto biológicas como econômicas e culturais como um caminho mais justo e ecologicamente mais sustentável no longo prazo.

Este avanço epistemológico permite, por exemplo, superar uma discussão que se limita a relações de trabalho e contextos de exploração de mão de obra (via de regra partindo de uma análise de base puramente marxista), análises meramente descritivas de impactos e danos ao meio ambiente (em leituras que ignoram a capacidade reativa dos sistemas ecológicos e que propõem perspectivas de compensação de danos ou limites de desmatamento, por exemplo), ou teorias ditas como mais avançadas intelectualmente, mas que se concentram em discussões sobre epistemicídio, que mesmo compreendidas como pós-coloniais ou até descoloniais, por vezes podem reproduzir novos modelos de colonização, ou, como dito por Aihwa Ong (1996, p. 64-65, 84-85), nada garante que os pós-modernismos não sejam apenas novos modernismos. O mesmo vale para os pós-colonialismos, que, se calhar, são apenas novos colonialismos.

Parte dessas propostas pode destacar adequadamente a materialidade dos impactos da monocultura, enquanto em outras, a pertinência é quase exclusiva para os seus efeitos enquanto modelo de produção e de valia de conhecimento, como por exemplo, a proposta de Elmar Altvater (1995, p. 76) quando descreve o conceito de fordismo como “[...] um princípio de vinculação entre o processo de produção e o modo de consumo através do qual se constitui a produção em massa. Seu conteúdo específico é a universalização do trabalho assalariado”.

A proposta de Garver e Derani é um raro exemplo que permite diálogo entre abordagens teóricas críticas e distintas, ao entrelaçar os impactos do que é incorporado como monoculturas materiais com as consequências e efeitos que derivam do que definem como monoculturas conceituais.

Ao longo do texto de Garver & Derani (2025), vão surgindo diferentes exemplos de como podem ser identificadas as denominadas monoculturas conceituais, superando assim as limitações de compreensão características das monoculturas materiais.

Tanto o sistema de educação como os sistemas jurídico e econômico surgem como grandes manifestações das monoculturas conceituais, sendo acompanhados por



Resiliências indígenas contra as monoculturas

Jefferson Virgílio

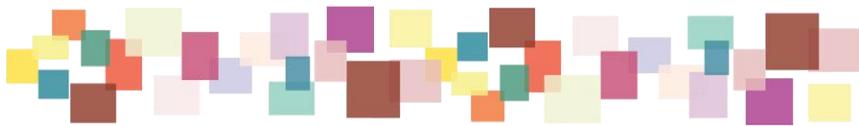
expansões linguísticas e por padrões de consumo, tanto alimentares quanto recreativos, que, de maneira conjunta e articulada, promovem verdadeiras substituições de todo o tecido de relações sociais, desde a importação de Hollywood para o restante do planeta até a popularização das sistemáticas redes de *fast-food*. Poderíamos ainda acrescentar a naturalidade com que termos em inglês e seus calendários são reproduzidos ao redor do planeta.

Apesar de existirem em dimensões (conceituais e materiais) que podem ser interpretadas como distintas, ou até mesmo separadas, os autores revelam como as operações estão bastante conectadas e como produzem resultados que não apenas são compatíveis entre si, mas também possuem uma agenda comum e, inclusive, se retroalimentam, produzindo efeitos de sinergia entre monoculturas conceituais e monoculturas materiais bastante representativos.

Um dos principais meios pelos quais as relações revelam ações de complementaridade remete ao modo como elas atuam nos sistemas ecológicos. A substituição de um sistema ecológico que age a partir de dinâmicas reativas por outro orientado por valores de produtividade e por lógicas de previsibilidade gera alterações nos solos e ares, nas águas, na flora e na fauna, com alcances visíveis desde relações exploratórias de trabalho até as dietas de populações humanas ou não. Por este motivo, é recomendada a análise sistêmica (Garver & Derani, 2025). É justamente por conta da centralidade nos efeitos sobre sistemas ecológicos que, no item seguinte deste ensaio, iremos tentar concentrar os exemplos a partir de realidades indígenas.

Segundo Garver & Derani (2025, p. 166-167), sistemas naturais não acompanham tentativas de padronização, não respondem adequadamente a esforços de escalabilidade e não possuem abertura para gestões que buscam um “estágio de equilíbrio” baseadas em previsibilidade e mensurações puramente quantitativas. Dito de outro modo, a natureza não trabalha com planilhas de Excel e não desenha tabelas ou gráficos, além de não buscar alcançar metas.

Os movimentos e ações que incentivam valores fixos (de produção ou mesmo de reações ecológicas) e incrementos progressivos e graduais, tendem a extinguir a resiliência de sistemas naturais, que possuem como características naturais e típicas o



Resiliências indígenas contra as monoculturas

Jefferson Virgílio

incentivo pela diversidade e que agem a partir de forças de estabilização e desestabilização (Garver & Derani, 2025, p. 167).

Segundo os autores, estes movimentos de imposições de monoculturas são perceptíveis desde a transição do século XIV para o XV, no continente europeu e em arquipélagos próximos, e cem anos depois. É razoável compreender que eles alcançam as Américas, outros continentes, e seus povos nativos, durante as invasões (Garver & Derani, 2025, p. 168).

Apesar de serem mais de quinhentos anos, enquanto milhares de modelos de resiliências indígenas foram sendo colocados em teste, os registros de encontros são feitos a partir da leitura e de filtros de invasores (Esbell, 2020; Krenak, 2020, entre outros autores indígenas), sendo apenas muito recentemente (Virgílio, 2023c; 2024b) que começamos a ter descrições e registros de memórias menos enviesadas de episódios históricos e exemplos de resiliências indígenas.

Neste sentido, o próximo item busca trazer alguns exemplos que demonstram a enorme compatibilidade entre a resiliência contra as monoculturas de Garver & Derani (2025) e os sistemas de apropriação e ressignificação indígenas, pois atuam como remédios contra as monoculturas, re-multiplicando os sistemas e permitindo, inclusive, aprimorar as resiliências não-indígenas.

Apropriação e ressignificação de dispositivos e instituições não-indígenas por indígenas

Em pesquisas prévias, houve tentativas de demonstração de como sujeitos e coletivos indígenas, de diferentes povos, e em distintos momentos históricos, podem incorporar toda sorte de elementos das estruturas não-indígenas em seus modos de ser-viver-pensar-existir. Estes elementos incorporados são ressignificados, pluralizados, e movidos de um local e direção anti-indígenas para posições e aspirações de manutenção de modos existenciais prévios.

De igual modo, se percebem que dispositivos e instituições não-indígenas que são caracterizados pela valia positiva da individualidade são ressignificados para terem aplicações e que são orientadas para retornarem resultados para o coletivo, sendo especialmente importante destacar que esta compreensão de coletivo não é restrita a



Resiliências indígenas contra as monoculturas

Jefferson Virgílio

seres humanos, mas completamente dependente e voltada para uma coletividade que inclua todo o sistema ecológico onde vivem, com alcances e recorrentes menções nominais para o planeta ou universo como um todo.

Uma série de sistemas de pensamento e de comportamento são impostos pelo ocidente contra povos e territórios terceiros, sempre no singular, se destacam as noções de arte, cultura, direito, economia, esporte, filosofia, língua e religião. Este violento fenômeno possui um de seus alicerces-calcanhares no que entendemos como políticas de educação, que será aqui tratado, mas este modelo de contra colonização pode e é aplicado contra todos os demais sistemas de pensamento e de comportamento supracitados.

Por exemplo, a maneira como determinada estrutura monocultural de condicionamento de modos de formação de pessoas, após ser imposta contra diferentes povos indígenas é canibalizada, processada e então regurgitada, em nova concepção, descaracterizada e plural (Virgílio, 2017, p. 203-206). Praticamente toda a estrutura original e sobrevivente é ainda objeto de crítica por indígenas (Virgílio, 2024a, p. 5-7). A estrutura é composta pela instituição escolar, pela figura do professor, pelo currículo, pelo conceito de educação, e por outros singulares, todos rígidos e verticalmente impostos.

Antes de chegar no modelo “educacional”, ela esteve por séculos embriagada de valores mais perversos através de propostas de “catequese”, “civilização” e, para a saúde, ainda surge o termo “higiene” e outras propostas sanitário-médicas.

Como exposto posteriormente (Virgílio, 2023a, p. 18-19; 2024a, p. 10-13), estes processos de apropriação e ressignificação estão em curso e estão distantes de serem concluídos. As resiliências indígenas contra a monocultura do sistema educacional ao longo do tempo acabam por multiplicá-lo de modos que dificultam a manutenção de qualquer homogeneidade.

Assim, mesmo os sistemas de seleção (vestibular), de avaliação (aprovado e reprovado, frequente ou não) e até de contratação de trabalhadores (efetivos ou temporários) não permanecem sem alterações após o contato forçado.

Em casos mais desenvolvidos, não apenas novos cursos são confeccionados, como novos campi e faculdades, com turmas exclusivamente formadas por indígenas e com



Resiliências indígenas contra as monoculturas

Jefferson Virgílio

temporalidades, espacialidades, e idiomas, todos, também indígenas. Mesmo a separação entre moradia e universidade é completamente destruída nestes encontros.

Ao forçar alterações sobre conteúdos compartilhados, locais onde realizam atividades e mesmo que tipo de entidade (humana ou não) é provedora e facilitadora do aprendizado, surgem diálogos que vão desde o que a sociedade não-indígena enxerga como agroecologia e agroflorestal até contextos extremos com a consulta direta com plantas de poder.

Mesmo o diploma e a hierarquia de saberes se tornam múltiplos, surgindo os mestres de saber ao lado dos *honoris causa*, e sábios, anciões e lideranças tradicionais ao lado de cargos políticos e de docentes.

Sobre a questão, Mahoney (2025, p. 247, *tradução pessoal e livre*) é cirúrgica:

A minha abordagem é plural tanto em conteúdo como em pedagogia. Eu tento reduzir os sintomas de minha ausência de ancestralidade indígena incluindo anciões respeitados de diferentes povos indígenas como oradores convidados em minhas aulas de direito, e também convide lideranças políticas indígenas, advogados, juízes e outros ativistas para participar das discussões.⁴

A saúde é um contexto político e social, em conjunto com a educação e com a justiça, deveras prioritário nas agendas de apropriação e de ressignificação de sujeitos e de coletivos indígenas (Virgílio, 2023b, p. 245-246, ver nota 24; 2024a, p. 12-13), e neste sentido é mencionada.

Na última grande pandemia que foi noticiada pelos meios de comunicação no planeta, a inércia do Estado nacional brasileiro e de suas instituições, além das tentativas de genocídio realizadas contra indígenas por atores e órgãos estatais e públicos, fez o que alguns autores mencionam como o “vácuo para a ruptura com o sistema iminente se tornasse tangível” (Granjo, 2017; ZAD, 2019; Krenak, 2020; Virgílio, 2024c).

No período, indígenas tomaram a frente da briga, se apropriaram não apenas da estrutura de saúde pública como dos meios de produção e passaram a fazer a comunicação de orientações sanitárias, utilizando a rede mundial de computadores e seus

⁴ No original em inglês: “My approach is a pluralistic one in both pedagogy and content. I have tried to mitigate my lack of Indigenous heritage by including respected elders from different First Nation tribes as guest lecturers, as well as inviting Indigenous political leaders, lawyers, judges, and grassroots activists to participate in classroom discussions.”



Resiliências indígenas contra as monoculturas

Jefferson Virgílio

dispositivos, mas em língua indígena, enquanto o governo propagava uma bizarra monocultura da desinformação (Virgílio, 2020, p. E49-E52; 2023c, p. 317).

No contexto específico que trouxe a pandemia de COVID-19 para a Terra Indígena Laklānō, entre onze aldeias e mais de duas mil pessoas, ocorreram mais de quatrocentas contaminações e apenas duas mortes. Os indígenas informam que a alta taxa de contaminação (que ocorreu em apenas quinze dias) se concentrou em famílias evangélicas e teria ocorrido devido às limitadas dimensões físicas dos templos e da entrada não autorizada de pastores não-indígenas em uma aldeia.

O estudo de caso e a descrição revelaram que mesmo quando não há recursos disponíveis, em um cenário praticamente de fim de mundo, tanto pela pandemia mundial como pelo governo em curso no país no período, os indígenas, utilizando medicinas da floresta, rezos, cuidados com os anciões e outras técnicas, domesticaram os efeitos da pandemia, que não haviam provocado, em um prazo de tempo muito inferior quando em comparação com os não-indígenas de cidades vizinhas.

De todo modo, os “remédios do mato” para “gripe forte”, somados aos cantos, além de fortes protocolos de controle de contatos com contaminados, fizeram com que os dois óbitos se concentrasssem em uma nenê natimorta e em um ancião que já estava com a saúde debilitada antes da pandemia devido a enfermidades prévias.

Antes de se apropriarem e ressignificarem sistemas maiores e dotados de orçamento público largo (como saúde e educação), é comum aos indígenas a apropriação e a ressignificação tanto da língua do povo invasor, que lhes é imposta de maneira inflexível, como de seus títulos de reconhecimento acadêmico e profissional.

E, antes dos diplomas universitários, mesmo dos nível de magistério, surgem esforços de desmontar a monocultura do sistema literário. Esse desmonte em pouquíssimo tempo alcança outros formatos de manifestação, começando pelas artes visuais e alcançando rapidamente todo formato de comunicação visual, desde a produção de documentários-denúncias, até a curadoria de exposições, do MASP ao Louvre.⁵

⁵ Por exemplo a exposição *Mahku: Mirações* (pelos artistas do povo Huni Kuin) como fenômeno de abertura no ciclo de exposições *Histórias Indígenas* no MASP ao longo de todo o ano de 2023.



Resiliências indígenas contra as monoculturas

Jefferson Virgílio

Em determinados contextos nacionais, como é o caso do Brasil, surgem ainda os esportes (que se tornam) indígenas, como os “jogos mundiais indígenas”, que superam a divisão entre países e Estados e possuem representações de povos, sendo comparáveis às olimpíadas.⁶

Nestes movimentos de reapropriações de códigos e de sistemas de comunicações visuais, antigas representações monolíticas de indígenas enquanto selvagem ou submisso, sempre no singular, são substituídas, à força, por representações plurais, além de autônomas, onde não raramente são acompanhadas de re-escritas, ou nas palavras de Jaider Esbell (2018), “expansões, dizendo o que não foi dito, não sendo simples substituições”.

O índio, no singular, revela ser os indígenas, no plural (Virgílio, 2024b, p. 107-108). E isso não é pouca coisa, é a semente daquilo que garantirá o fim da monocultura e o florescimento de alternativas.

Além disso, a ressignificação deste tipo de dispositivo visual pode ser utilizada para vencer ou contornar pesadas estruturas de limitações que envolvem desde a dificuldade de compreensão das bu(r)ocracias não-indígenas até a falta de acesso à língua inglesa, permitindo, por exemplo, a entrega de relatórios para agências de financiamento estrangeiras no formato de audiovisual - e em língua indígena - (Virgílio, 2023c, p. 309-311). O movimento desmonta a dependência de ONGs estrangeiras mediadoras, captadoras e/ou executoras de projetos, permitindo e incentivando novas articulações autóctones completamente autônomas.

No caso citado, houve a necessidade de entrega de relatórios de prestação de contas em um formato (planilha de cálculos) e em uma língua que não era dominada pelos indígenas e, pelo enorme valor demonstrado pela autonomia e para efetivamente saber que o que precisava ser dito e revelado estava sendo dito e entregue de fato, se optou pela devolutiva de um conjunto complementar de documentos, formado por vídeos e imagens, sendo as falas nos vídeos disponíveis apenas na língua indígena, sem traduções ou legendas. A quantidade e a qualidade das informações obtidas foi tamanha que os financiadores decidiram colocar partes destes documentos complementares disponíveis

⁶ Iniciativa que pode ser melhor compreendida pela leitura da liderança indígena Marcos Terena (2025).



Resiliências indígenas contra as monoculturas

Jefferson Virgílio

na própria prestação de contas que mantinham online e utilizaram deste material para prestar conta aos seus próprios financiadores.

Ao mesmo tempo, os registros em línguas indígenas entregam para as próximas gerações de indígenas que acessarem estes documentos as informações que não querem que sejam facilitadas para não-indígenas enquanto utilizam a estrutura, os custos e os sistemas não-indígenas para preservar as informações. O mesmo tipo de iniciativa é visível nos trabalhos de conclusão de cursos de estudantes indígenas quando incluem longas descrições ou transcrições de músicas, histórias e rezos em línguas indígenas, via de regra, deixando escrito por extenso que a atitude não apenas é intencional, como planejada e que os alvos são as gerações que ainda nem mesmo nasceram.

Ainda que a tutela contra indígenas tenha sido formalmente extinta em 1988 (art. 231 da constituição), as marcas de cinco séculos de tutela oscilam desde um sentimento próximo ao de nostalgia de seus tempos áureos até admitidas dificuldades em se organizarem sem um tutor ou acompanhante não-indígena, gerando o que Alcida Rita Ramos (1992), além de Marcos Terena (2000, p. 55-56), Maria Matos (2006, p. 42-43,153-203) e posteriormente Daniel Munduruku (2012, p. 171-172) vão descrever como o “boom de ONGs indigenistas no Brasil nas décadas de 1980 e 1990”. A maioria dessas ONGs era estrangeira ou com financiamento internacional e reproduz complexos sistemas de aparelhamento de comunidades indígenas.

As resiliências indígenas possuem outras manifestações similares, como o uso (e a construção) de dispositivos tecnológicos como drones para monitorar áreas de garimpo ilegal, avanço de desmatamento, contaminações de óleo em rios e atualização de mapas para fins turísticos e para viabilizar pagamentos de créditos de carbono (Panque-Gálvez, *Et. Al*, 2017, p. 4-12).

A apropriação e ressignificação do uso de dispositivos tecnológicos é presente numa diversidade de povos, iniciando com as caminhonetes e telefones e chegando ao uso da rede mundial de computadores e a gravação de conversas.

Os dispositivos gravadores de áudio, por exemplo, são usados tanto para a promoção de denúncias (Jekupe, 2010), como para o registro de palavras, músicas e histórias pelos últimos anciãos antes de faleceram (Gakran, 2005; 2015), chegando ao



Resiliências indígenas contra as monoculturas

Jefferson Virgílio

extremo de corrigir erros de linguistas que são incapazes de ouvir determinados sons em língua indígena (Gakran, 2004).

O uso ressignificado de dispositivos não-indígenas é recorrentemente chamado como apropriação das armas dos brancos, como Jaider Esbell (2020, p. 38) sintetiza:

É um bom exemplo prático de como jogar com as armas do invasor contra ele mesmo. Buscamos no direito as soluções para o nosso caso [Raposa Serra do Sol]. Sensibilizamos a alta corte para decidir pela legalidade de nossa luta. Não revidamos a violência. Nenhuma vida de invasor foi ceifada pela nossa mão. Buscamos pôr a nosso serviço os mesmos organismos que antes nos enfraqueceram, como a igreja católica por exemplo.

As igrejas são outra instituição que recorrentemente são apropriadas, começando pelos novos fiéis que se tornam porteiros ou zeladores e então pastores (Wiik, 2004; Bolognesi, 2018), até parcerias com igrejas e associações que anteriormente se apropriaram de medicinas e conhecimentos indígenas (Langdon & Rose, 2012, p. 45-52).

Estas medicinas indígenas, que nas mãos dos não-indígenas passam a defender uma noção de desenvolvimento individual de autoconhecimento, retornam nas vozes de celebridades (como o DJ Alok, o ator Leonardo DiCaprio e a modelo Gisele Bündchen), defendendo globalmente a proteção de florestas, rios e povos indígenas.

A ação dessas celebridades é outro motor que reduz a força das ONGs supracitadas, já que as redes sociais com milhões de seguidores não dependem de financiamento estatal e produzem resultados melhores e mais duradouros que as viciadas ações de ONGs.

No caso apresentado por Esther Jean Langdon e Isabel Rose, o guardião originário era um povo indígena da Amazônia e após a medicina ser apropriada por grupos não-indígenas, outro povo indígena, da região sul do Brasil, se re-apropria não apenas da medicina, mas da concepção de criar uma igreja indígena nativa e com CNPJ.

Agora são os indígenas que oferecem certificados e diplomas aos não-indígenas (para poderem celebrar trabalhos ceremoniais com um legítimo certificado indígena de “rezador”). Com a retomada desta medicina indígena, outros problemas provocados pelo contato com não-indígenas como o abuso de álcool e intrigas artificiais entre aldeias, se resolvem ou são drasticamente reduzidos (Langdon & Rose, 2012, p. 50 e 59 - ver nota 50).



Resiliências indígenas contra as monoculturas

Jefferson Virgílio

Curiosamente, são estes mesmos problemas (abuso de substâncias e problemas de relacionamentos) que levam dezenas e dezenas de celebridades para as aldeias indígenas e, então, posteriormente incorporam o discurso pró-indígena em suas aparições e discursos públicos. Este discurso pró-indígena não apenas reconhece a importância destes povos, mas enaltece a urgência da proteção e do cuidado com o sistema ecológico.

Mesmo a monocultura material (de pinus e eucaliptos), quando identificada, é contornada não com um ataque direcionado, mas com simples ação indígena de reflorestamento. As espécies que são plantadas ao redor, aos poucos, substituem as invasoras, sem nem mesmo ser necessário a derrubada ou investida contra as outras plantas (Virgílio, 2023c, p. 315-318; 2024c, p. 87-93).

As araucárias e as figueiras estranguladoras, por exemplo, fazem parte de conjuntos de espécies de plantas que, após atingirem a idade adulta, possuem dinâmicas de crescimento (araucárias) ou de reprodução (figueiras) que impossibilitam a sobrevivência e a reprodução de espécies invasoras. O comportamento mais comum ocorre pelo impedimento físico de acesso para a luz solar, mas há espécies com ações de manutenção preventiva tanto pela superfície do solo como pelo subterrâneo que podem inclusive contar com a ação de agentes animais (mutualismo), como algumas espécies de gralhas no caso das araucárias e de vespas no caso de certas figueiras.

Situação similar ocorre com a reintrodução de abelhas que, quando somadas com a reintrodução de espécies vegetais com flores específicas, tornam insustentáveis a permanência de “abelhas com ferrão africanas”, passando a ser quase exclusivas as “abelhas nativas sem ferrão”. Não se faz necessário aprisionar ou combater diretamente as abelhas invasoras com ferrão.

Em outros contextos indígenas, temos exemplos curiosos de encaminhamentos, como as populações que, com conhecimentos tradicionais, permitem otimizar sistemas científicos (não-indígenas) de previsibilidade de clima e de temperatura (Unuigbe, 2025, p. 106, 116-117).

No mesmo livro, em outros dois textos (Giacomini, 2025, p. 261; Mahoney, 2025, p. 250-252) percebemos com as autoras, respectivamente, noções de justiças restaurativas alargadas e a pluralização do direito penal, ambos sendo des-



Resiliências indígenas contra as monoculturas

Jefferson Virgílio

monoculturalizados. Tanto Giacomini como Mahoney recuperam ainda o modo como a incorporação de concepções e práticas indígenas estimulam maior harmonia, tanto entre diferentes sociedades, como nas relações entre essas sociedades e os sistemas ecológicos envolventes. Em todos os casos, os ordenamentos jurídicos não-indígenas são pluralizados e torcidos à força.

Kathleen Mahoney incorpora diferentes ordenamentos jurídicos indígenas como parte de conteúdo em suas aulas de direito na universidade canadense onde leciona. Ao trabalhar com tantos sistemas de leis, além de disponibilizar ferramentas de resolução de conflitos que melhor respeitam direitos humanos, ainda amplia o arsenal de remédios jurídicos de seus estudantes.

Giada Giacomini nos revela como as noções de justiças restaurativas indígenas que são conhecidas nos territórios que compõem a atual Oceania não se limitam apenas ao sujeito agredido, ou mesmo à sua família ou propriedade, sendo necessário restaurar o dano tanto para o sistema ecológico no local, como à memória, inclusive para os futuros que foram perdidos.

A noção de futuros (ou mundos, ou existências) perdidos é tema recorrente no pensamento de vários intelectuais indígenas no Brasil. Para determinados povos, a possibilidade de intervir no futuro é tão absurda que nem mesmo consideram essa categoria, trabalhando apenas com noções sobre o presente e o passado. Alguns autores indígenas, como Jaider Esbell (do povo Macuxi), descrevem o tempo como “um lápis com duas pontas”, onde uma ponta é escrita ao viver o presente e a outra é a reescrita do passado. Não há necessidade de ponta escrevendo o futuro.

Considerações Finais

A proposta do ensaio foi demonstrar como as resiliências contra o avanço das monoculturas são plurais e, principalmente, que há movimentos de resiliência já em execução e, em alguns casos, com resultados multiplicadores em franca expansão.

Para o caso das resiliências indígenas, ela possui alguns degraus de ação que podem ser observados, mas que atuam de maneira sistêmica. Inicialmente, pequenos e



Resiliências indígenas contra as monoculturas

Jefferson Virgílio

específicos dispositivos de colonização são apropriados e ressignificados, como por exemplo o ferro, que pode substituir as pontas de flecha de pedra.

Posteriormente, pequenas ocupações e ferramentas são incorporadas, desde palavras na língua portuguesa, até a publicação de livros.

De igual modo, o homem que passa a limpar o pátio da igreja pode acabar sendo pai do primeiro pastor indígena. Mais adiante, tanto a igreja, como a escola e mesmo os grandes órgãos do Estado, como a SESAI e a FUNAI são apropriados, recebendo novos usos políticos, chegando ao ápice de termos um ministério indígena.

O sistema legal também vai sendo formatado ao ser apropriado e, em dado momento, chegamos a ver estatutos e regimentos de aldeias registrados em língua portuguesa em cartório.

Surgem os juízes de paz indígenas nas aldeias, indígenas pilotando aviões do exército e viajando até Haia para escrever a próxima declaração.

No ponto limite, temos a escrita de protocolos de consulta livre, prévia e informada e indígenas no congresso nacional escrevendo a nova versão do Estatuto do Índio, que agora é pluralizado como Estatuto dos Povos Indígenas.

Com o avançar destes movimentos, é possível que o direito internacional seja apropriado e ressignificado, voltando a ser o direito das gentes e povos e não apenas o direito dos Estados.

Não me surpreenderia que a ONU deixe de ser o balcão de assuntos estrangeiros de certa potência econômico-nuclear para se tornar o local onde descobriremos como viver em harmonia com a natureza, aprendendo algo com quem faz isso há milênios.

Referências

Altvater, Elmar. **O preço da riqueza**: Pilhagem ambiental e a nova (des) ordem ambiental. São Paulo: UNESP. 1995.

Bolognesi, Luiz (direção). **Ex-pajé**. Buriti Filmes. Duração de 81 minutos. 2018.

Code, Lorraine. Introduction. In: Code, Lorraine. **Ecological thinking**: The politics of epistemic location. Oxford: University Press, 2006, p. 3-24.



Resiliências indígenas contra as monoculturas

Jefferson Virgílio

Esbell, Jaider. Auto decolonização: Uma pesquisa pessoal no além coletivo. In: Mortari, Claudia & Wittmann, Luisa Tombini (Org.). **Narrativas insurgentes**: Decolonizando conhecimentos e entrelaçando mundos. Florianópolis: Rocha, 2020. p. 31-45.

Esbell, Jaider. Macunaíma, o meu avô em mim. **Iluminuras**, v. 19, n. 46, p. 11-39, 2018.

Gakran, Nanblá. **Aspectos morfossintáticos da língua Laklänõ (Xokleng) “Jê”**. Dissertação (Mestrado em Linguística). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2005.

Gakran, Nanblá. **Elementos fundamentais da gramática Laklänõ**, Tese (Doutorado em linguística). Brasília: Universidade de Brasília, 2015.

Gakran, Nanblá; Giannico, Thaís Alessandra; Rinaldi, Valderes Aparecida & Souza, Ilda de. Vogais longas na língua Laklänõ (Xokleng). In: **II Encontro Nacional do Grupo de Estudos de Linguagem do Centro-Oeste**. Brasília: Atas do II Encontro Nacional do GELCO, p. 1404-1410, 2004.

Garver, Geoffrey & Derani, Cristiane. Moving from monocultures to resilience. In: Bosselmann, Klaus; Gwiazdon, Kathryn & Zambrano, Virginia (Org.). **Ecological integrity and international law**: Peace, public health, and global security. New York: Routledge, 2025. p. 165-179.

Giacomini, Giada. Indigenous peacebuilding and environmental restorative justice. In: Bosselmann, Klaus; Gwiazdon, Kathryn & Zambrano, Virginia (Org.). **Ecological integrity and international law**: Peace, public health, and global security. New York: Routledge, 2025. p. 257-267.

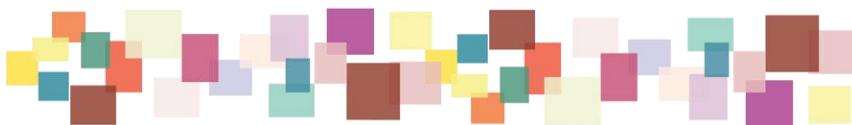
Granjo, Paulo. O detalhe, a exceção e a regra. In: Feijó, João (Org.). **Metodologias de investigação em ciências sociais**. Maputo: Escolar, 2017. p. 147-178.

Jekupé, Olívio. Roubaram o gravador do Juruna. **Tellus**, v. 10, n. 19, p. 225-228, 2010.

Krenak, Ailton. A História também pode se repetir como tragédia: Entrevista com Ailton Krenak, por Hugo Albuquerque e Jean Tible. **Jacobin Brasil**, 2020. Disponível em: [\[Jacobin\]](#) - Acesso em 6 de Junho de 2025.

Langdon, Esther Jean & Rose, Isabel Santana de. (Neo) shamanic dialogues: Encounters between the Guarani and ayahuasca. **Nova religio**, v. 15, n. 4, p. 36-59, 2012.

Mahoney, Kathleen. Teaching peace and public health using indigenous law: The educational and pedagogical challenges. In: Bosselmann, Klaus; Gwiazdon, Kathryn & Zambrano, Virginia (Org.). **Ecological integrity and international law**: Peace, public health, and global security. New York: Routledge, 2025. p. 245-256.



Resiliências indígenas contra as monoculturas

Jefferson Virgílio

Matos, Maria. **Rumos do movimento indígena no Brasil contemporâneo:** Experiências exemplares no Vale do Javari. Tese (Doutorado em Antropologia). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2006.

Munduruku, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990).** São Paulo: Paulinas, 2012.

Ong, Aihwa. Anthropology, China and modernities: the geopolitics of cultural knowledge. In: Moore, Henrietta Louise. **The future of anthropological knowledge.** New York: Routledge, 1996. p. 60-92.

Panque-Gálvez, Jaime; Vargas-Ramírez, Nicolás; Napoletano, Brian & Cummings, Anthony. Grassroots innovation using drones for indigenous mapping and monitoring. **Land**, v. 6, n. 86, p. 1-25, 2017.

Ramos, Alcida. The hyperreal indian. **Série antropologia**, v. 135, n. 1, p. 1-17, 1992.

Shiva, Vandana. **Monocultures of the mind:** Perspectives on biodiversity and biotechnology. Penang: Palgrave Macmillan, 1993.

Terena, Mariano Justino Marcos. Los pueblos indígenas y la globalización: Tradición y modernidad. In: Mander, Jerry & Tauli-Corpuz, Victoria (Org.). **Guerra de paradigmas:** Resistencia de los pueblos indígenas a la globalización económica. San Francisco: IFG, 2000. p. 51-57.

Terena, Mariano Justino Marcos. "Sempre tive o sonho de reunir as diversas Nações Indígenas do mundo. Vivi, lutei e consegui!". **Territorial**, v. 14, n. 1, p. 24-30, 2025.

Unuigbe, Ngozi Finette. Ecological integrity and indigenous farming practices in Africa: Balancing traditional knowledge and scientific methods in climate adaptation. In: Bosselmann, Klaus; Gwiazdon, Kathryn & Zambrano, Virginia (Org.). **Ecological integrity and international law:** Peace, public health, and global security. New York: Routledge, 2025. p. 105-119.

Virgílio, Jefferson. About COVID-19 in Laklänõ indigenous land, Brazil. **Journal of Extreme Anthropology**, v. 4, n. 2, p. 42-54, 2020.

Virgílio, Jefferson. Acadêmicos indígenas: Kanhgág na Licenciatura Intercultural Indígena do sul da Mata Atlântica. **Travessias**, v. 18, n. 2, p. 1-21, 2024a.

Virgílio, Jefferson. Da Companhia de Jesus aos cursos de formação de professores indígenas: Políticas nacionais e educação indígena em Santa Catarina. **Captura Crítica**, v. 6, n. 1, p. 190-213, 2017.



Resiliências indígenas contra as monoculturas

Jefferson Virgílio

Virgílio, Jefferson. Índio de papel, papéis indígenas. **Caletróscópio**, v. 12, n. 1, p. 107-127, 2024b.

Virgílio, Jefferson. Laklänõ ethnonymy: Beyond etic readings. **Etnográfica**, v. 27, n. 1, p. 5-25, 2023a.

Virgílio, Jefferson. Por um pensamento Laklänõ. **Amazônica**, v. 15, n. 2, p. 231-256, 2023b.

Virgílio, Jefferson. The appropriation of visual campaigns by the Laklänõ people (Brazil). In: Veneti, Anastasia & Rovisco, Maria (Org.). **Visual politics in the global South**. Cham: Palgrave Macmillan, 2023c. p. 299-321.

Virgílio, Jefferson. The indigenous revolution in the Americas: Perceptions obtained among the Laklänõ indigenous people. **Húmus**, v. 14, n. 41, p. 82-111, 2024c.

Wiik, Flávio Braune. O evangelho transformado: apropriações Xokleng (Jê): do cristianismo pentecostal. In: Wright, Robin (Org.). **Transformando os deuses**: Igrejas evangélicas, pentecostais e neopentecostais entre os povos indígenas no Brasil - Volume II. Campinas: UNICAMP, 2004. p. 141-168.

ZAD. Prise de terre (s): Que se passe-t-il sur la ZAD de Notre-Dame-des-Landes depuis l'abandon du projet d'aéroport? Lundi, 2019. Disponível em: [\[ZAD\]](#) - Acesso em 6 de Junho de 2025.

Data de recebimento: 25/06/25

Data de aceite: 10/07/2025

Como citar este artigo de acordo com a ABNT:

VIRGÍLIO, Jefferson. Resiliências indígenas contra as monoculturas. **Áskesis**, São Carlos, v. 14, n. 2, p. 74-91, jul./dez. 2025. DOI: 10.14244/2238-3069.2025/25.